

DANIEL AMARELO

A constituição da língua portuguesa como elemento de identidade nacional no Portugal institucional contemporâneo: raça, capital e globalização*

Por meio da consulta de materiais do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e de acordo com a glotopolítica e a sociolinguística crítica, este artigo analisa o papel do português como elemento de coesão nacional e internacionalização através de dois grandes eventos político-linguísticos: a Comissão Nacional dos Centenários (1938-1943) e a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1986-2002). Contrariamente a outros Estados, em que distintas nações e línguas estão sob um mesmo sistema jurídico-político, onde a opressão das minorias foi mais acentuada em períodos ditatoriais e menor na atualidade, defendemos que o caso português é *a contrario*. No marco da globalização e da democratização, o valor do português poderá mobilizar um tipo de identidade *renacionalizadora*, mediante processos de racialização da população colonizada e de desligação simbólica com as comunidades emigradas.

Palavras-chave: globalização; identidade linguística; ideologias linguísticas; língua portuguesa; racialização; sociolinguística.

Introdução

Em 2022, em muitos pontos do globo, é possível encontrar a língua e a cultura portuguesas em muitas instituições de ensino superior. O labor do Instituto Camões na sua estratégia de socialização do português num marco global resulta natural à luz de outras instituições semelhantes de línguas próximas: Instituto Cervantes na Espanha, Alliance Française na França, Goethe-Institut na Alemanha ou British Council no Reino Unido,

* Esta pesquisa foi financiada pela Bolsa de Investigação de Curta Duração 2021 da Fundação Luso-Americana de Desenvolvimento, em parceria com o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

entre outras. Porém, o Estado português parece não ter tido uma política linguística pormenorizada e conceptualizada como prioritária; aliás, a sua despreocupação aparente por questões de planificação e política linguística foi uma constante (Venâncio, 2020). Nem sequer a língua aparece nas Constituições de Portugal até à democracia e surge sobretudo por causa do projeto de Constituição europeia, iniciado em dezembro de 2001, como forma de garantir que o português não deixaria de ser língua oficial da União Europeia e por causa da relevância dada à questão do “novo” Acordo Ortográfico.¹

Contrariamente ao que aconteceu, por exemplo, na Espanha (nomeadamente com o franquismo), é na democracia que parece ter-se acelerado o processo de consolidação da língua portuguesa como *elemento cultural inalienável e nacionalmente unitário*. No tocante às relações entre língua, política e sociedade, podemos dizer que houve uma passagem do português como língua imperial (colonial) para o português como língua, simultaneamente *global* (Moita-Lopes, 2015) e *nacional*. A mundialização que hoje vivenciamos reposicionou, por um lado, Portugal no marco transnacional enquanto país semiperiférico (Santos, 1999) e, por outro, mercantilizou (Heller, 2010) a língua portuguesa enquanto língua internacional e ativo económico. Propomos, aqui, a compreensão da contemporaneidade como um período de renacionalização da língua portuguesa. As novas dinâmicas abertas pela globalização, nomeadamente as migrações, interconexões e misturas constantes de capitais, pessoas e culturas, obrigam-nos a repensar aquilo que é – e o modo em que funciona social, cultural, política e economicamente – o português (Moita-Lopes, 2015).

Em última instância, neste trabalho colocam-se as seguintes questões: quais as motivações para o surgimento atual de uma política linguístico-cultural em Portugal? Em que momento a língua portuguesa começa a conceitualizar-se como elemento definidor da identidade nacional (Hobsbawn, 1996), de que forma e por que razões? Finalmente, que ideologias linguísticas (Blommaert, 2006; Irvine e Gal, 2000; Woolard, 2021) dão forma ao português no confronto entre *coesão nacional* e *expansão internacional*? Para tentar dar resposta a estas perguntas, torna-se necessário o uso de recursos teórico-metodológicos como: (i) os estudos da relação entre língua(s) e identidade(s) (Hobsbawn, 1996; Joseph, 2004);

¹ Cristóvão, Fernando (2005), “Para uma nova política linguística”, *Ciberdúvidas da língua portuguesa*, 11 de julho. Consultado a 20.11.2021, em <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/lusofonias/para-uma-nova-politica-linguistica/1819>.

(ii) as ideologias linguísticas² imperantes (Irvine e Gal, 2000; Moita-Lopes, 2015; Schieffelin *et al.*, 1998); e (iii) a sociolinguística da globalização (Blommaert, 2010; Fairclough, 2006). Os impactos de uma mobilidade cada vez mais crescente, com trocas rápidas de capital, conhecimento e pessoas, provocaram movimentos de desidentificação com grupos sociais imperantes anteriormente, como o nacional. Estes mecanismos resultam de práticas e relações linguísticas de carácter transnacional e de novas rearticulações locais. Portanto, o mundo que se expressa nas variedades do português como língua global está a vivenciar fenómenos como o plurilinguismo, a mercantilização linguística ou a pressão do inglês, entre outros.

Com base nestas novas dinâmicas socioculturais, este trabalho visa investigar as continuidades entre o discurso colonial e pós-colonial em Portugal no tocante à língua portuguesa. Com o intuito de explorar uma possível tendência renacionalizadora do português derivada da ideia de *lusofonia*,³ escolhemos dois marcos temporais protagonizados por grandes eventos que dizem respeito à política linguístico-cultural e à consolidação da identidade nacional: a Comissão Nacional dos Centenários, durante o salazarismo, e a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, na entrada no século XXI – o século global por excelência.

1. Da nação para o mundo e... do mundo de volta para a nação?

1.1. Identidade nacional e identidade linguística

O debate sobre a *identidade nacional portuguesa* é um dos mais cultivados no país (ver por exemplo Almeida, 2017; Bethencourt e Curto, 1991; Gil, 2007; Lourenço, 2010; Mattoso, 2003), mas parece ser um ponto de consenso a ideia de que esta terá sido diferente nas distintas alturas históricas, conformando-se socialmente de acordo com aspetos da história cultural, política, económica, etc. Por outras palavras, as identidades nacionais são maleáveis, frágeis, ambivalentes, difusas (Wodak, 2009: 4). A língua, dada a prática coincidência entre fronteiras políticas e extensão linguística (Mattoso, 2003), é um dos mais importantes elementos históricos nas discussões sobre a nação em Portugal. Neste sentido, a nossa aproximação entende que o estatuto e a consideração da língua portuguesa dão forma

² Num sentido amplo, entendemos por ideologias linguísticas “representações moral e politicamente carregadas da natureza, da estrutura e do uso das línguas num mundo social [...] produzidas por membros comuns da comunidade bem como por instituições oficiais e elites, incluindo as pessoas académicas” (Woolard, 2021; tradução nossa).

³ O conjunto de práticas, discursos e instituições à volta de um universo cultural, linguístico e económico em que se inseririam Portugal, as suas ex-colónias e outros territórios – principalmente na Ásia – onde a língua portuguesa é falada: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Oriental, Macau, Goa, Malaca, etc.

à identidade nacional, do mesmo modo que as representações e reproduções da identidade nacional dos diversos períodos afetam a língua portuguesa – o que John Joseph (2004: 13) denomina *two-way street*. Aliás, Portugal tornou-se uma nação a partir do poder político-administrativo do Estado (e não *a contrario*), de forma que a continuidade política e a anexação étnica e centralização cultural permitiram a continuidade do que se viria a chamar nação portuguesa (Mattoso, 2003).

É por isso que a língua, enquanto instrumento estandardizado de poder e de coesão nacional, recebe um lugar privilegiado neste relato. Segundo Mattoso (*ibidem*: 43-44), “não existe nenhuma realidade étnica ou do âmbito da cultura popular com uma expressão propriamente nacional (isto é, que se verifique em todo o território português) senão a identidade da língua”. Após a perda das colónias, a inserção na União Europeia e a nova era de globalização, a língua pode ser vista como um vestígio que sustenta, ainda, uma forma de protagonismo português no mundo. Esta visão da língua como “último território do império [pela qual] se poderá de algum modo reconstituir um espaço unitário” (Almeida, 2017: 113) encarna a tensão entre o hipernacionalismo linguístico e a *performance* globalizada do português, e servirá para sustentar a ideia de um processo renacionalizador desta língua.

Considerando que de cada vez que a identidade nacional está ligada a um sentimento de comunidade, de pertença e de segurança, as comemorações e os grandes eventos que pretendem rever e contar a própria história – os “rituais celebratórios da pátria comum” (Cabral, 2003: 529) – supõem elementos idóneos para a sua análise. Como indica Mattoso (2003: 61), estes eventos “contribuíram para generalizar a função social da memória colectiva, mesmo que o fundamento histórico das comemorações não fosse inteiramente objectivo, e que em várias delas a iniciativa pretendesse valorizar uma determinada corrente ideológica”. Os dois grandes eventos sob a forma de comissões, que apresentamos e analisamos na próxima secção, servem de base empírica para esta focagem. Estas comemorações constituem rituais afetivos de narração da cultura nacional e dão origem a Discurso(s) (Foucault, 1996) sobre a nação:

Se uma nação é uma comunidade imaginada e ao mesmo tempo uma construção mental, um complexo imaginário de ideias contendo pelo menos os elementos definidores de unidade e igualdade coletivas, [...] então essa imagem é real na medida em que a pessoa está convencida dela, acredita nela e identifica-se com ela emocionalmente. A questão de como essa comunidade imaginária chega às mentes de quem está convicto dela é fácil de responder: ela é construída e veiculada no discurso,

predominantemente em narrativas da cultura nacional. *A identidade nacional é, pois, um produto do discurso.* (Wodak, 2009: 22; tradução e itálicos nossos)

Por outras palavras, estes eventos configuram as comunidades imaginadas (Anderson, 2013) a que chamamos nações, por causa do seu poder em servir denexo entre um número considerável de habitantes que jamais se conhecerão pessoalmente, mas que partilham posicionamentos ideológico-afetivos através da participação, ainda que passiva, nos projetos em questão. É importante notar como, por exemplo, a Comissão Nacional dos Centenários (de agora em diante CNC) estende as suas influências em diversas cidades de Portugal por meio de congressos e atividades culturais. Além disso, a sua dependência de um sistema de governo ditatorial permite a exposição continuada das pessoas cidadãs a estas práticas nacionais, graças aos mecanismos do Estado. De igual modo, os milhares de documentos relativos à Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (de agora em diante CNCDP) incluem ações socioculturais e verbas para concelhos de toda a geografia portuguesa, para áreas diversificadas da cultura, para órgãos de ação externa (como os leitorados em universidades estrangeiras), etc. Como indica Hobsbawn, a linguagem vertebradora da construção nacional só é possível quando chega às massas e, não por acaso, os eventos considerados ocupam os três últimos quartos do século XX e a viragem de século, quando tem lugar a alfabetização geral da população:

[A ideia de] uma língua nacional única só se tornou importante quando os cidadãos comuns se tornaram um componente importante do Estado; e a língua escrita teve de ter relação com a língua falada apenas quando se supunha que esses cidadãos deviam lê-la e escrevê-la. Mas lembre-se que a educação primária universal, fora alguns países excepcionais, não tem muito mais do que um século. (Hobsbawn, 1996: 1068-1069; tradução nossa)

1.2. A internacionalização do português

No caso português e não só, o nacionalismo linguístico e a expansão transnacional são perfeitamente compatíveis. O atual Instituto Camões, embora possa aparentar ser uma criação contemporânea derivada das necessidades de ensino do português no mundo, tem a sua origem em várias instituições do século XX com estratégias de fortalecimento do *nacional*, nomeadamente a Junta de Educação Nacional (1929-1936), que viria posteriormente a ser designada por Instituto para a Alta Cultura (1936-1952), que depois passou a ser o Instituto da Alta Cultura (1952-1976) e, mais recentemente,

o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (1976-1992).⁴ Este percurso de preocupação pública com a língua portuguesa revela a emergência sociopolítica da planificação linguística e cultural como assunto nacional (Cabral, 2003). Identidades e estratégias variadas desenvolveram-se no Estado português desde o salazarismo até à atualidade, numa construção progressiva da *língua portuguesa como problema político*. O português foi mobilizado segundo o período histórico e as suas exigências: para a colonização e o controlo político em tempos da ditadura; para a construção de um novo relacionamento “menos imperial(ista)” com as ex-colónias; para a defesa de novas hegemonias na gestão e realidade pluricêntricas da língua portuguesa na contemporaneidade (Oliveira, 2013). No caminho para a atualidade, “a lusofonia ganhou na nossa conversação nacional um lugar preponderante” (Almeida, 2017: 96).

Um dos conflitos principais neste processo histórico está relacionado com a própria continuidade do nacional na assunção de novos estatutos internacionais. Contrariamente ao que se pode pensar, a política nacionalista não esteve ausente da internacionalização do português no fim do século xx. O próprio Fernando Cristóvão, que foi diretor do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (hoje Instituto Camões), afirmava que um dos dois vetores de atuação dessa instituição era “o de valorar ao máximo quanto se liga à identidade nacional”, ao seu “estudo e consolidação”, por ser isso que dá sentido aos “124 leitorados em universidades estrangeiras, e aos cerca de 1500 professores do ensino básico e secundário fora de Portugal” (Cristóvão, 1987: 29).

A constituição atual do português como língua global e a despreocupação institucional advém de um contexto contemporâneo paradoxal: uma sensação de ter de fazer muito rapidamente aquilo que não foi feito durante décadas. Vejam-se a modo de exemplo dois trechos da autoria de intelectuais na área da língua, cultura e literatura em Portugal:

A inexistência de uma política de língua em Portugal é uma afirmação que ouvimos a especialistas e professores, [...] em Portugal e no estrangeiro. [...] Talvez tal aconteça porque quem tem o poder de decisão nunca definiu esses objectivos, ou porque as decisões estão espalhadas por vários Ministérios [...], ou porque as pessoas que devem construir essa política e desenvolvê-la estão condicionadas por razões extra-linguísticas, ou, ainda, porque é necessário acudir às questões pontuais e inadiáveis. (Mateus, 2002: 7)

⁴ Sabemos que, por exemplo, os leitorados de português foram criados já na década de 30 do século xx (Esteves, 2002: 99).

Paradoxalmente, tão generoso festival de desleixo e permissividade linguística, mais próprio duma fase de decadência que de renovação, ocorre precisamente num momento em que a língua portuguesa está envolvida numa dinâmica de crescimento [...]. Todos sabem porquê: pelo grande crescimento do Brasil e pela adopção do português como língua oficial das cinco jovens nações africanas que foram colónias portuguesas. De certo modo, inesperadamente, o português passou a ocupar posição de vanguarda. Mas parece que os nossos responsáveis políticos e culturais ainda não se aperceberam disso [...]. (Cristóvão, 1987: 18)

Esse campo semântico da inesperabilidade, da urgência e do desleixo, da *novidade de estatuto* e as suas consequências abre a porta para novas conceitualizações da língua como um elemento ideológico tratável, à espera da sua *planificação técnica* concreta. Em última instância, as direções desta *gestão glotopolítica* constituem o interesse do nosso estudo.

2. Travessia pelo mar da reconfiguração linguística

A seguir, iniciamos um percurso desigual e incompleto por alguns grandes eventos que, de carácter transnacional, visavam assegurar compreensões determinadas e politicamente motivadas da língua e da cultura portuguesas. São eles a CNC em meados do século XX e a CNCDP no ativo até 2002. Embora não nos centremos exclusivamente nestes atos coletivos de definição identitária, os mesmos servirão de marcos temporais para enquadrar o papel do português na construção nacional num trânsito da *lusitanidade* para a *lusofonia* (Cristóvão, 2008). Com base na análise crítica (van Dijk, 2015) de textos, discursos e documentos de associações e instituições contemporâneas, este percurso é, no entanto, incompleto e situado: não só dependeu dos recursos disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), mas também daqueles fragmentos, discursos e atividades que decidimos salientar com base no interesse específico pelas relações entre *língua e nação*.⁵

2.1. Comissão Nacional dos Centenários (1938-1943): a época de Salazar

A CNC, fundada pelo Governo no dia 27 de agosto de 1938, foi criada com o intuito de comemorar a nacionalidade no seu “duplo centenário” em 1940: por um lado, a fundação da nação portuguesa em 1140 e, por outro, o fim da Monarquia Dual em 1640, ano em que Portugal recuperaria a sua autonomia política em relação ao Reino de Espanha. Este conjunto de comemorações

⁵ Este *corpus* é relativamente reduzido, pelo que embora não possamos tirar conclusões absolutas, podemos apontar questões críticas e hipóteses de futuro. A mistura de discursos institucionais e autorais, se bem que todos eles ligados à *institucionalidade* de modos diversos, é coerente com uma análise crítica do discurso de carácter histórico na linha de Wodak (2009).

nacionais – cujo objetivo primordial era sentar as bases da portugalidade e do sentido passado, presente e futuro da “nação portuguesa” – estendeu-se até 1943. De entre as inúmeras exposições, campanhas turísticas, iniciativas relacionadas com museus e congressos, damos destaque ao Congresso do Mundo Português (realizado em 1940).

No âmbito desta atividade surgiram publicações promovidas por institutos políticos e de estudos sociais, como a Biblioteca do Centro de Estudos Políticos-Sociais. Nesta última, Luiz Terry visa formar os seus compatriotas em diversas áreas que sustentam a identidade nacional. A língua portuguesa representa um sentido de *autenticidade* (Woolard, 2016) e conservação sociocultural para a ingente quantidade de pessoas portuguesas emigradas, enquanto o *anonimato* que supõem as línguas locais da emigração assegura um futuro formativo sólido:

É natural que os filhos desses emigrantes queiram seguir os estudos segundo o regime de cada terra, mas nós poderíamos e devíamos manter um curso de instrução primária de harmonia com os nossos programas, adaptados às circunstâncias, e que incluísse o ensino da língua da localidade de forma a permitir que os alunos pudessem seguir depois os estudos complementares. O ensino da nossa língua e o seu uso, quer doméstico quer dentro do agregado, seriam de molde a manter bem vivo o vínculo português. (Terry, 1957: 70-71)

Outra entidade com ações sociolinguísticas e culturais é o Secretariado Nacional de Informação, através do qual se desenvolveram várias campanhas para a promoção do sentimento nacional. Dada a obsessão salazarista com o “*fora da nação*”, chama a atenção a ausência de menção à língua neste tipo de iniciativas. Veja-se como exemplo a coleção de cadernos de divulgação “Portugal de Hoje” com várias séries, a saber: “O País e a Nação”, “A Cultura”, “A Economia”, “As Comunicações”, “A Organização Social” e “Portugal no Mundo”. Quer nas suas primeiras séries, quer na última, não há menção à língua falada no território.⁶

Esta ausência de referência à língua como objet(iv)o político – quer dizer, a sua obviedade, o seu *nacionalismo banal* (Billig, 1995), o seu apagamento ou *erasure* (Irvine e Gal, 2000) – parece funcionar num movimento contrário, naquilo que já denominamos como preocupação institucional com o exterior da nação. Ilustrativo a este respeito é o comentário feito em 1936

⁶ SNI 7684/N.º 607. Todas as referências extraídas do ANTT são reproduzidas segundo os códigos e cotas deste arquivo. No caso da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura e da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, por não estarem estes fundos tratados arquivisticamente, referenciam-se o nome dos documentos e o número de página.

por Francisco J. Leite Pinto, então Secretário-Geral da Junta de Educação Nacional (JEN), acerca de um pedido de três auxiliares ao Comissariado do Desemprego, sem os quais a JEN não poderia realizar o seu trabalho corretamente:

É preciso não esquecer que antes da criação da Junta pela Ditadura Nacional, as coisas portuguesas estavam muito abandonadas nos meios intelectuais estrangeiros. Hoje, nos meios universitários dos principais países, existe a consciência do *nosso valor* e a certeza que o nosso País marcha à conquista de *um lugar no concêrto das nações*.⁷ [itálicos nossos]

Vemos como a JEN parece funcionar como uma junta para a educação *internacional*. Do mesmo modo, o Instituto da Alta Cultura – segundo a sua organização estipulada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pelo Ministério da Educação Nacional – põe de manifesto esta tensão entre o próprio e o externo, entre o que é doméstico (*vulgar*) e o que é forâneo (*intelectual*). Entre os objetivos dos serviços de relações culturais que o Instituto veicula coexistem a promoção do “estudo da língua portuguesa no estrangeiro, como elemento de valorização nacional, pela oficialização do respectivo ensino” com o facto de a língua ser utilizada “como instrumento de propaganda da cultura portuguesa, divulgando nos outros países a nossa literatura, a nossa arte, a nossa história e outros elementos da alta cultura”.⁸ Isto é, o Estado expropria a língua do conjunto de falantes pobres – na sua maior parte analfabetos naquele tempo – para a confeção de uma imagem internacional de alta cultura por meio da revalorização global dos fenómenos que essa mesma língua integra. Dá-se, então, uma *inversão indexical* (Irvine e Gal, 2000): a iconização do português como língua de cultura leva consigo o apagamento dos seus falantes. Neste sentido, o Estado também expropria as comunidades diaspóricas de agência linguística quando a sua formação (Althusser, 1988) persegue o fim de “manter sempre vivo no estrangeiro o culto da Pátria e o Império Português, divulgar a acção civilizadora de Portugal no mundo e proclamar a orientação espiritual e as realizações do Estado Novo”.⁹

Os documentos derivados dos congressos da União Nacional, uma das organizações fascistas em ativo neste período, dão conta destas dinâmicas.

⁷ AOS/CO/ED-1D (fl. 252). Note-se que todas as citações de documentos de arquivos mantêm as grafias originais.

⁸ Arquivo Salazar, ED-1E, cx. 133. PT/TT/AOS/D-D/1/6/2. Título IV, Capítulo I, artigo 5, ponto 6.º, pp. 2-3.

⁹ Arquivo Salazar, ED-1E, cx. 133. PT/TT/AOS/D-D/1/6/2. Título IV, Capítulo II, artigo 117, ponto 13.º, p. 22.

Nos resumos das teses da 1.^a secção do III Congresso (realizado em Coimbra em 1951) lemos as seguintes afirmações do diplomata Manuel Homem de Mello no seu “Defesa externa da Nação”:

A expansão da nossa cultura e da nossa língua, nos principais centros intelectuais do mundo e nas regiões onde existem importantes núcleos de emigrantes portugueses, deve merecer-nos especial cuidado. Seria da maior conveniência que um serviço especial da Secretaria de Estado, trabalhando em estreita colaboração com o Secretariado Nacional da Informação e o Instituto para a Alta Cultura, estudasse um plano de expansão da cultura portuguesa no Mundo e promovesse a sua permanente e cuidadosa execução.¹⁰

Isto é, as linhas centrais de ação político-linguística por parte do Estado – para além da projecção espectral da sua própria imagem e doutrina, numa recursividade fractal (Irvine e Gal, 2000) que vai da família humilde ao cenário internacional – encaminham-se pela via da expansão colonial, como veremos a seguir, mas também pela via do controlo educacional da diáspora. Tanto assim é que, no Estatuto da Educação Nacional, insiste-se constantemente na formação escolar da população emigrada: “1. Compete ao Instituto de Alta Cultura, em coordenação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, promover e coordenar as actividades tendentes à formação dos portugueses no estrangeiro”;¹¹ “Será dada prioridade à criação de meios de ensino e educação em benefício dos emigrantes e das comunidades portuguesas radicadas no estrangeiro”;¹² “O Estado auxiliará a constituição, por entidades privadas, de estabelecimentos destinados a ministrar ensino segundo cursos nacionais ou segundo cursos estrangeiros, mas, neste caso, integrados por disciplinas de formação cultural portuguesa”.¹³

Por outro lado, nos resumos das comunicações do IV Congresso da União Nacional, cuja 4.^a secção esteve centrada na Educação e Cultura,¹⁴ sobressai o texto da autoria de Miguel Maria da Silva Portugal, intitulado “Problemas que se deparam no ensino da Língua Portuguesa, na Escola Primária, nos meios ultramarinos”. Aqui, de novo, achamos uma reflexão estratégica sobre *o português além de Portugal*. O autor começa por lamentar a *diversidade* do seu estudantado:

¹⁰ Arquivo Salazar, NT-1107, livro 5, p. 149. *III Congresso da União Nacional. Resumos das teses da 1.^a secção. Apreciação da obra administrativa, social, cultural e política realizada nos vinte e cinco anos da revolução nacional. Coimbra // 1951.*

¹¹ Arquivo Salazar, ED-1E, cx. 133. PT/TT/AOS/D-D/1/6/2. Título IV, Capítulo IV, Art. 356.

¹² Arquivo Salazar, ED-1E, cx. 133. PT/TT/AOS/D-D/1/6/2. Título IV, Capítulo IV, Art. 357.

¹³ Arquivo Salazar, ED-1E, cx. 133. PT/TT/AOS/D-D/1/6/2. Título IV, Capítulo IV, Art. 359.

¹⁴ PT/TT/UN-AA-C. Cx. 1115, livro 4.

Se todos os alunos da escola primária do Ultramar Português fossem da mesma raça, se a Divina Providência os isentasse, por feliz sorte, de taras congénitas ou adquiridas em olhos, ouvidos e aparelho fonador, se falassem e ouvissem sempre, e exclusivamente, a língua portuguesa, se vivessem em meio ambiente de razoável nível mental e social, acalentados ao interesse afectivo e inteligente dos pais, se fossem, na generalidade, bem dotados de faculdades de conhecer, de interpretar e de conservar ideias [...].¹⁵

E acaba afirmando que essa tal diversidade é a causa do seu insucesso:

[...] uma profusão e confusão diabólica de pronúncias, dificultando-lhes extraordinariamente a percepção auditiva do português. E como grande parte deles também aprende a escrever na sua língua, dificilmente aprende a escrever correctamente a nossa, baralhando sons e letras.¹⁶

A população colonizada que aprende o português nas colónias é *vista como uma língua e soando como uma raça* (Rosa, 2019), como recentemente tem teorizado a corrente chamada *raciolinguística* (Alim *et al.*, 2016), na intersecção entre a linguística e os estudos críticos da raça. A população estudantil vai sempre soar mal, falar mal, pelo mero facto de não ter o português “inscrito” na sua pele e na sua infância. Como estudantes não brancos/as, não monolíngues e com línguas primeiras diferentes do português, a sua consideração social e cognitiva não pode ir além da lástima e da culpabilização moral (“diabólica”). Independentemente da qualidade “empírica” das suas produções, esta população estudantil colonizada será sempre vista como uma entidade abjeta, incompleta e subordinada, dado que

[d]e uma perspetiva raciolinguística, uma experiência repetida que molda os processos cognitivos de todas as pessoas é o legado do colonialismo que continua a permear as formas contemporâneas de pensar e saber. Na verdade, as ideologias raciolinguísticas têm desempenhado um papel integral na desumanização das comunidades racializadas desde os primeiros dias do colonialismo europeu. [...] há algo inerentemente deficiente nas práticas de linguagem das comunidades racializadas que as tornam inferiores à norma branca não marcada. (Flores e Rosa, 2019: 147; tradução nossa)

¹⁵ Arquivo Salazar, NT-1115, livro 4, p. 140. *IV Congresso da União Nacional. Resumos das comunicações. 4.ª secção. Educação e Cultura.*

¹⁶ Arquivo Salazar, NT-1115, livro 4, p. 142. *IV Congresso da União Nacional. Resumos das comunicações. 4.ª secção. Educação e Cultura.*

Em definitivo, isto ilustra a ausência de política linguística até no último estágio do processo colonizador (Venâncio, 2020: 289) que, por sua vez, veicula uma ideia da língua como *evidentemente* nacional. As únicas preocupações com a planificação da língua estão situadas sempre fora do território nacional e são minoritárias. O português – aqui como cidadão e não como língua, com gênero masculino propositadamente – nunca é sujeito de uma visão política da língua porque encarna no seu corpo, na sua boca e na sua ação diária a própria essência da nação. A falta de um Outro contra o qual defender a identidade e coesão linguísticas mostra a falta de gestão político-ideológica sobre os valores simbólicos da língua dentro do Estado. Porém, a defesa e o ensino do português fazem-se, sim, contra o Próprio de fora – emigrante, inserido num sistema sociocultural diferente – e não contra o Outro de dentro. Faz sentido que as únicas exceções sejam as exortações para a uniformização de grupos de línguas indígenas e a sua harmonização com o português. No Congresso do Mundo Português, apresentaram-se nesta linha comunicações como as de José Luís Quintão e a sua dissertação sobre os dialetos tonga:

Era de grande vantagem a uniformização da grafia nestas línguas, porque a diversidade de grafia dificulta bastante a sua aprendizagem e lança grandes perturbações na sua fonética. Pela apresentação da grafia, segundo os vários escritores, pode com facilidade deduzir-se que a seguida por mim neste trabalho deve ser a preferida, por ser mais harmónica com os caracteres portugueses [...].¹⁷

Por sua vez, António Alves da Cruz S. J., acerca “De algumas línguas de Moçambique”, requisita uma maior uniformização linguística e política por meio do português – e a subsequente aniquilação das línguas indígenas locais:

Considerando que a unidade de língua em tôda a Colónia deve ser a suprema aspiração do Govêrno português, para formar, não muitas, mas uma só Nação, de cuja unidade política a unidade de língua é um factor essencial; [...] Proponho que se active, por todos os meios, [...] o ensino teórico e prático da língua portuguesa, para que [...] se obtenha a unidade de língua, que, ao par da unidade religiosa, são os dois factores mais essenciais da unidade da Nação a formar no vasto território moçambicano.¹⁸

A preservação da língua da população portuguesa na diáspora e a sua boa conceituação intelectual por elites estrangeiras eclipsaram não só

¹⁷ PT/TT/CNC. Cx. 11, com. 399, p. 25.

¹⁸ PT/TT/CNC. Cx. 11, com. 402, p. 32.

as populações indígenas nas colónias, mas também as próprias pessoas da metrópole.

2.2. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (1986-2002): a volta da democracia e a viragem global

O desgaste causado pela guerra colonial, o advento da Revolução dos Cravos no dia 25 de abril de 1974 e a reconstituição de um sistema político democrático colocam-nos num estágio muito diferente no tocante às relações da língua e da sociedade. O que poderiam parecer iniciativas isoladas de reconciliação com as ex-colónias durante as décadas de 1980 e 1990 são na realidade pequenos índices da preocupação sociopolítica com a gestão da língua, pois como indica Gilvan Müller de Oliveira (2013), a *globalização do português* não é o mesmo que a *globalização da gestão da globalização do português*. Aquelas coalizões pós-coloniais com os novos *países de língua portuguesa*, tal como indica José del Valle para o caso espanhol (2007: 16; tradução nossa), pretendem “assumir as rédeas de uma operacionalização política e económica da área linguística” e da língua como produto de mercado, cujo ponto alto se situará na viragem de século.

Na continuação destes grandes eventos que visam construir a história nacional (e, portanto, a ideia de *língua*) em exercícios de revisão e celebração marcadamente institucional, chegamos à CNCDP, em atividade entre 1986 e 2002.¹⁹ Este foi um dos projetos culturais contemporâneos mais bem financiados, com organização de atividades, colóquios, cursos de verão, publicações várias e até iniciativas audiovisuais. A sua envergadura foi de tal ordem que, após a extinção da Comissão, as suas tarefas foram assumidas pelo próprio Ministério da Cultura. A dissolução em 2002 deu origem a transformações políticas, sociais e culturais mais atuais, relacionadas com a gestão da língua portuguesa e a identidade nacional. Porém, decidimos centrar-nos neste trabalho nas Comissões que organizaram a celebração de dois grandes eventos para fornecer uma imagem da contemporaneidade num sentido amplo.

No âmbito da CNCDP foram criadas áreas de trabalho muito diversificadas, de acordo com o novo estatuto global do português. Nesse sentido, a própria identificação, consolidação e socialização de uma certa maneira de compreender a língua tornou necessário intervir na arena metalinguística. É aí que, no panorama de redescobrimto lusófono do português, surgem projetos como o Dicionário Geral da Língua Portuguesa, apoiado não só pela

¹⁹ Comissão criada através do Decreto-Lei n.º 391/86 de 22 de novembro. Diário da República n.º 270/1986 – Série I de 1986-11-22. Ministério da Defesa Nacional. Lisboa.

Comissão, mas também por outras instituições como o Ministério da Cultura e o ICALP.²⁰ Não por acaso, esse “Dicionário” foi lançado por causa dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Em palavras do então Embaixador do Brasil, Jorge Konder Bornhausen, ao Ministro da Cultura de Portugal, “quando concluído, o Dicionário Geral será um marco extraordinário da *lusofonia*, e trará a nossa *grande língua* ao convívio das *maiores línguas de cultura do mundo moderno*”²¹ [itálicos nossos]. Também na apresentação feita por Francisco M. de Mello Franco e José Augusto G. Assis de Almeida (do Instituto Internacional da Língua Portuguesa), explicita-se que “o projeto é lusófono, envolvendo o português falado nos cinco continentes da lusofonia” e que procura “dar à nossa língua o lugar que lhe pertence entre as grandes línguas de cultura do mundo”.²² As lógicas socioeconômicas e epistemológicas da modernidade, dessa modernidade adjetivada de *lusó-fona*, conduzem para novas alianças entre os mecanismos do(s) Estado(s), da Academia e dos interesses privados: agora, a língua constrói a nação também no plano do simbólico, do mercantilizado, do exportável.

O labor para o dicionário que estava previsto para o ano 2000 coube ao Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa, da Academia das Ciências de Lisboa, cujo objetivo neste processo era criar um produto

[...] de âmbito lusofónico (ou seja, compreendendo lusismos, provincianismos portugueses, brasileiroismos, africanismos e asiaticismos) [...] tudo a modo de que o dicionário constitua [...] um instrumento capaz de valorização da nossa língua oferecido aos seus milhões de utentes por todo o mundo.²³

Porém, para tal foi necessário um trabalho de “‘lusofonização’ da obra, com a introdução de lusismos, africanismos, asiaticismos, etc., [...] por forma a tornar a obra representativa do português falado em todo o mundo e a preparar a edição portuguesa do Dicionário”.²⁴ Ambas as tarefas estão, portanto, intrinsecamente relacionadas: a internacionalização e a repre-

²⁰ Finalmente foram lançados o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* no Brasil (Houaiss, 2001) e o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (Casteleiro, 2001) da Academia das Ciências de Lisboa, sob direção de João Malaca Casteleiro.

²¹ “2754. Projecto do Dicionário Geral da Língua Portuguesa”. Comunicação do Embaixador do Brasil, Jorge Konder Bornhausen, 12 de dezembro de 1997.

²² “2754. Projecto do Dicionário Geral da Língua Portuguesa”. Comunicado da chefe de gabinete da CNCDP n.º 3734, 30 de junho de 1998, p. 1 da descrição do projeto.

²³ “2754. Projecto do Dicionário Geral da Língua Portuguesa”. Ficha de projeto – Secretaria Geral do Ministério da Cultura, secção 2 “Objectivos da acção”.

²⁴ “2754. Projecto do Dicionário Geral da Língua Portuguesa”. Comunicado da chefe de gabinete da CNCDP n.º 3734, 30 de junho de 1998, p. 2 da descrição do projeto.

sentatividade implicam Portugal como organismo mediador. Tanto assim é que, na apresentação do projeto por parte de autoridades lexicográficas brasileiras, verificamos que

o ex-presidente Mário Soares interessou-se pela obra, que já conta com vários apoios, como o da [...] Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, a qual se inclina por colocar o dicionário como um dos eventos comemorativos, no ano 2000.²⁵

A lusofonização, do ponto de vista de Portugal, constitui um processo de renacionalização da língua de modo transnacional. “Lusofonizar”, por outras palavras, consiste em incluir um conjunto de “ismos” (brasileirismos, asiaticismos, etc.) sob o chapéu de Portugal, que colhe e reincorpora os frutos da colonização; e, ao mesmo tempo, consiste em estender a influência portuguesa sobre aquelas variedades linguísticas e comunidades culturais em que a colonização não foi total e efetiva, no sentido de que o “lusó” não se impôs sobre a “fonia”. Assim, a CNCDP e o ICALP são referidos como partilhando “um programa comum” e como ostentando “especiais responsabilidades de iniciativa” – embora seja preciso, para a construção deste relato, a ocultação do colonialismo português:

A importância das navegações, descobrimentos e encontro de culturas promovidos pelos portugueses, a partir do século xv, tanto para a língua e cultura portuguesas como para a aproximação entre os diversos povos do mundo postula que se tomem iniciativas visando não só a comemoração de factos especialmente relevantes mas, principalmente, o robustecimento de uma identidade nacional aberta à inovação e ao diálogo.²⁶

Por um lado, a língua e a cultura portuguesas funcionam com certa autonomia a respeito da aproximação entre os diversos povos do mundo, isto é, a lusofonização caminha em paralelo ao robustecimento de Portugal. A colonização e a aniquilação de povos nativos e línguas indígenas em vários pontos do mundo por parte do Estado é apresentada como um “diálogo”, como uma troca que aproxima. Por outro lado, o novo estatuto internacional do português não põe em causa a identidade nacional, mas robustece-a ao transformá-la em mais inovadora.

²⁵ “2754. Projecto do Dicionário Geral da Língua Portuguesa”, “Dicionário Geral da Língua Portuguesa de âmbito lusofónico” (descrição de projeto), p. 6.

²⁶ “1125. Cópia do convénio entre o Instituto da Cultura e Língua Portuguesa e a CNCDP”, Convénio celebrado entre o ICALP e a CNCDP, p. 1.

Semelhante a esta aproximação de reescrita histórica, encontramos um concurso literário de celebração linguístico-nacional denominado “Uma língua deixada pelo mundo”, insistindo-se, portanto, na narrativa de branqueamento do passado colonial português. No jornal *Diário de Notícias* (DN), este certame é promovido pelo Comissariado de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha de 1992 (inserida na CNCDP) e visa “promover uma reflexão, por parte das camadas jovens do ensino complementar, sobre o património linguístico representado pela língua portuguesa, enquanto veículo de comunicação entre povos e comunidades dispersos pelos cinco continentes”.²⁷ Reparemos num dos textos vencedores que foi publicado na edição jovem do DN, e que se intitula “Pequenas ilhas”:

Quería dizer ao nosso velho rei D. Dinis, a Fernão Lopes, a Vieira, a Camões e a todos que com ele deixaram a língua em pedaços pelo mundo repartida – missionários, heróis, marinheiros, povo pequenino e anónimo – que esta foi verdadeiramente o ouro, a herança única e maravilhosa que nos confiaram.

As palavras. Elas mergulharam nas línguas mais exóticas dourando uma aliança entre a minha e a pátria do mundo. Algumas casaram com vocábulos que cheiravam a canela, cravo e pimenta... [...] Lembro-me das mais atrevidas que enveredaram pela selva, que quiseram ir contar da nossa história, das nossas artes, erguer campanários e fortalezas, provar frutos que ninguém conhecia e ganhar o seu sabor... misturar-se nas tintas dos lábios do Índios e saírem cheiinhas de promessas e cor... [...]

Também jamais que alguém se lembre de deixar as nossas palavras esmorecerem o seu verde e vermelho, exiladas e desesperadas, nas páginas de um dicionário que simbolicamente uma velha bandeira ergue e desfralda ao vento. [...]

E por isso, com que Fé vos digo que um dia o império dos Homens voltará a cantar a nossa língua. [...] [E]sta língua generosa e eloquente, voltará também para tecer com fios de ouro, todo o engenho e toda a arte, a História da pátria portuguesa.²⁸

A personificação das palavras que compõem a língua e o canto expansionista desta prosa – levando o “verde e vermelho” da bandeira de Portugal pelo mundo – centram-se na língua portuguesa como património linguístico *nacional*. Isto é, não é capturado o património linguístico representado pela língua portuguesa, mas o património linguístico (capital simbólico) que a língua portuguesa supõe *per se* nos lugares de língua oficial portuguesa.

²⁷ “3174. Concurso «Uma Língua deixada pelo Mundo», Comissariado de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha 1992, Circular para as escolas. Assunto: Concurso “Uma língua deixada pelo mundo”.

²⁸ *Diário de Notícias* (1992), “Pequenas ilhas”, 16 de junho, p. 46.

Os seus utilizadores criaram um império que “voltará a cantar” essa língua açucarada e amistosa num futuro messiânico que dá conta do espírito mítico de Portugal, tão frequentemente analisado (Lourenço, 2010). Esta fantasia expansionista tropical não é mais do que a verdadeira “História da pátria portuguesa”, da *nação geneticamente internacionalizadora* que Portugal representa.

Por último, a CNCDP também depositou grandes esforços no âmbito audiovisual, como mostram os vídeos e documentários cuja curadoria acompanhou a solidificação do projeto lusófono. Um deles consiste no vídeo de apresentação do Pavilhão de Portugal na Expo’92, produzido pela empresa Mandala.²⁹ O guião inicia-se com o áudio: “Pedimos desculpa à NASA mas já cá navegamos vai para 600 anos!”, enquanto nas imagens são visíveis a “dissolência para caravela, exactamente no mesmo ângulo, e num contra-luz que faça *racord* com a luz das estrelas, agora nas mãos de pedra do Infante D. Henrique, do monumento aos Descobridores, em Belém”.³⁰ A voz *off* continua:

a franqueza, o universalismo é... a nossa própria maneira de ser, nos nossos valores, nas relações transcontinentais que fomos os primeiros a abrir. [...] [H]oje, assumimos no diálogo entre civilizações que inauguramos. E, hoje, continuamos, na solidariedade Norte-Sul que estabelecemos...³¹

Tudo isto acompanhado de imagens de gravuras reveladoras “de primeiras relações harmoniosas de Portugueses com Africanos” e de “encontro político expressivo de afectividade também entre Portugueses e Africanos”.³² Como fica claro, essa narrativa precisa de recorrer à língua como elo de união entre as comunidades e culturas que se pretendem englobar na tarefa “universalista” de Portugal. Integrada no Pavilhão de Portugal era também possível ver uma exposição intitulada “A Língua Portuguesa” na qual era dado destaque “[à] existência e [a]o peso cultural/político dos 200 milhões de falantes da nossa língua”.³³ Afinal, trata-se sobretudo do peso económico dessa *comunidade imaginada* (Anderson, 2013), graças aos novos valores mercantis (Heller, 2010) da língua global que representa o português. Este valor de capital económico e simbólico (Bourdieu, 1977;

²⁹ Pasta “57. Script do vídeo sobre Pavilhão Português de Sevilha 92”, que integra o arquivo sobre a CNCDP.

³⁰ Ver nota de rodapé anterior.

³¹ Ver nota de rodapé n.º 29.

³² Ver nota de rodapé n.º 29.

³³ Ver nota de rodapé n.º 29.

Bourdieu e Passeron, 1970) não ultrapassa as antigas funções da língua enquanto identificação étnica/nacional, mas complementa-os.

Discussão e conclusões

Após a análise da ação linguística à volta destes grandes eventos meta-nacionais, podemos explorar algumas questões que nos permitam traçar uma linha à volta do português como trave-mestra da identidade nacional. Primeiro, vemos como a globalização do português emerge da sua desligação simbólica com as comunidades emigradas apesar de haver cerca de nove milhões de falantes de português na diáspora (Oliveira, 2013: 28). O salazarismo pretendeu ampliar a boa consideração e o prestígio de que gozava no panorama internacional, mas deparou-se com dois grandes problemas: (i) o número elevado da população diaspórica residente em regimes sociais e políticos bem diferentes dos da ditadura; (ii) os sujeitos colonizados (linguisticamente subalternizados) nos territórios conquistados por Portugal na sua expansão. Parece dar-se, então, um processo de “desracialização” e “desclassação” do “falante de português como língua culta”. O facto de ser uma língua poderosa com base no número de falantes e na diversidade geográfica não parece compatível com o facto de esses números dizerem respeito a pessoas analfabetas, escravizadas ou com uma produção linguística “inerentemente defeituosa” tendo em conta os padrões expectáveis para uma “língua de cultura”.

Mais tarde, na mudança para a democracia e devido ao advento de processos de independência nos territórios africanos, tornou-se necessário capturar o espaço de influência de toda aquela área geográfica, cultural e económica dominada por Portugal. A lusofonização, posteriormente institucionalizada como lusofonia, pode ser lida criticamente como convertendo falantes “disfuncionais” das ex-colónias, que anteriormente constituíam um problema, numa vantagem do ponto de vista da reconstituição nacional após a queda da ditadura. As políticas linguísticas e culturais, se bem que tímidas, começam a assomar pela porta de prioridades da política portuguesa. No entanto, persiste o problema da emigração histórica: a língua portuguesa, com prejuízo pátrio mas também internacional, continua a ser vista em ligação a emigrantes da classe trabalhadora. As ideologias linguísticas neoliberais, baseadas na mercantilização das línguas, ativam preocupações nesse sentido:

No tocante à valorização da presença portuguesa nas universidades europeias parte-se da constatação de que em muitas delas a nossa língua é predominantemente encarada como língua de emigrantes, prejudicada por um estatuto social e curricular menor. (Cristóvão, 1987: 75)

Não esqueçamos que a língua portuguesa é ainda desfavorecida socialmente por estar colada aos fluxos emigratórios, embora haja a registar a este nível uma mudança importante nas mentalidades. (Esteves, 2002: 102)

Em definitiva, um processo de globalização do português que esteja libertado de associações com fluxos migratórios das classes trabalhadoras precisa de uma outra narrativa, se assumirmos o novo papel do chamado *mercado linguístico* (Moita-Lopes, 2015: 9). Uma destas opções de internacionalização nacionalista passa pela intelectualização da língua e dos seus produtos culturais, em progressão desde meados do século XX, como de novo mostram as palavras do ex-presidente do ICALP:

Importa, pois, que [...] se imponham com o seu peso real perante os intelectuais estrangeiros, quer sensibilizando-os para o facto de o português ser uma das principais línguas de cultura do mundo, quer fazendo chegar até eles [...] o que de melhor o pensamento português tem produzido no domínio do direito, da medicina, da cartografia, das ciências exatas e da natureza, etc. (Cristóvão, 1987: 75)

Se a *lusitanidade* tinha estado ligada à modéstia e à diáspora (Sousa, 2017: 302), a nova *lusofonia* não podia aprofundar estas vias de associação socioeconómica. Os novos processos renacionalizadores derivados do estatuto global do português parecem precisar de narrativas baseadas na cooperação, na inovação, no diálogo intercultural e no alargamento económico. Assim, outro dos itinerários para esta globalização linguística envolve a ideia de solidariedade e fraternidade dos diferentes países que integram a lusofonia – ou, na sua vertente institucionalizada, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).³⁴ No entanto, esta narrativa pode esbarrar em determinadas ideias nacionalistas portuguesas, pela própria necessidade de recorrer às possibilidades comerciais de grandes potências como o Brasil ou a economias como as dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Signorini, 2015). Deste modo, entra em cena a promoção de outras variedades (não europeias) do português na própria política linguístico-cultural do Estado português por serem, juntamente com os seus produtos culturais, “um factor de atracção para imensos alunos” (Esteves, 2002: 106). Não é por acaso que o novo presidente do Instituto Camões, numa entrevista recente para a Organização das Nações Unidas, salientou

³⁴ Convém lembrar que a década de 1990 foi muito produtiva neste sentido. Entre 1989 e 1996 tiveram lugar a primeira Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e o início da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (Oliveira, 2013: 31).

o papel da “cultura em língua portuguesa” – assim grafada, em singular – para a promoção da língua:

Então, há muita gente que chega à língua pela cultura em língua portuguesa. E nós temos que buscar e tentar organizar toda esta gente. Porque depois também temos, obviamente, aquela obrigação patriótica em Portugal de ensinar aos filhos de lusodescendentes a continuarem a aprender o português. Isso é outra faceta.³⁵

Em conclusão, vimos como a ativação da gestão política da língua em Portugal pode ser lida a partir de uma necessária reapropriação constante, em confronto com uma “realidade teimosa”: emigração, pobreza e colonização. Na medida que nos aproximamos da contemporaneidade, aumenta a preocupação com a língua portuguesa e o seu papel na conceção da nação e das culturas que dela emanam. O capitalismo tardio e a globalização chegam a um país em reconstrução onde a pós-modernidade chegou historicamente mais tarde (Santos, 1999). Isto fez coincidir a imposição do valor económico das línguas bem como dos recursos e das práticas culturais com a “renacionalização” da língua portuguesa, tornada em veículo de comunicação global, num Portugal pretensamente pós-colonial. Assim, a ideologia linguística da lusofonia, com a sua *contextualidade* – pois vivemos num mundo “indiscutivelmente” global, onde várias nações tomaram o português como língua oficial –, a sua *função naturalizadora* – porque foi do “lusó” que tudo nasceu pelo mundo fora – e a sua *institucionalidade* (Valle, 2007) – com a CPLP à cabeça –, transforma um idioma marcado pelo imperialismo, pela racialização e pela desigualdade socioeconómica numa *língua de cultura*. A tão sonhada língua de cultura global continua a ser, depois de tudo, raiz e ramos da imaginada nação portuguesa.

Revisto por Ana Sofia Veloso

Referências bibliográficas

- Alim, H. Samy; Rickford, John R.; Ball, Arnetha (orgs.) (2016), *Raciolinguistics: How Language Shapes Our Ideas about Race*. New York: Oxford University Press.
- Almeida, Onésimo Teotónio (2017), *A obsessão da portugalidade. Identidade, língua, saudade & valores*. Lisboa: Quetzal.

³⁵ ONU News (2021), “As culturas dos países de língua portuguesa despertam o interesse pelo idioma”, 31 de agosto. Consultado a 10.10.2021, em https://news.un.org/pt/interview/2021/08/1759942?fbclid=IwAR3AadSB1IV2_BqA61cCzL1Gvjgmatak4UaRNJ2d_UNnrJBCKjSrmtdtszBrA.

- Althusser, Louis (1988), *Ideología y aparatos ideológicos del Estado. Freud y Lacan*. Buenos Aires: Nueva Visión. Tradução de José Sazbón e Alberto J. Pla.
- Anderson, Benedict (2013), *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras. Tradução de Denise Bottman.
- Bethencourt, Francisco; Curto, Diogo Ramada (1991), *A memória da nação*. Lisboa: Sá da Costa.
- Billig, Michael (1995), *Banal Nationalism*. London: SAGE.
- Blommaert, Jan (2006), “Language Ideology”, in Keith Brown (org.), *Encyclopedia of Language and Linguistics*. Oxford: Elsevier, 510-522 [2.ª ed.].
- Blommaert, Jan (2010), *The Sociolinguistics of Globalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bourdieu, Pierre (1977), “L'économie des échanges linguistiques”, *Langue française*, 34, 17-34.
- Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-Claude (1970), *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Cabral, Manuel Villaverde (2003), “A identidade nacional portuguesa: conteúdo e relevância”, *Dados*, 46(3), 513-533. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000300004>
- Casteleiro, João Malaca (dir.) (2001), *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa/Verbo.
- Cristóvão, Fernando (1987), *Notícias e problemas da pátria da língua*. Lisboa: ICALP.
- Cristóvão, Fernando (2008), *Da lusitanidade à lusofonia*. Lisboa: Almedina.
- Esteves, José Manuel da Costa (2002), “Leitorados e outras questões”, in Maria Helena Mira Mateus (org.), *Uma política de língua para o português*. Lisboa: Edições Colibri, 99-197.
- Fairclough, Norman (2006), *Language and Globalization*. London: Routledge.
- Flores, Nelson; Rosa, Jonathan (2019), “Bringing Race into Second Language Acquisition”, *The Modern Language Journal*, 103(S1), 145-151. <https://doi.org/10.1111/modl.12523>
- Foucault, Michel (1996), *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio.
- Gil, José (2007), *Portugal, hoje: o medo de existir*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Heller, Monica (2010), “The Commodification of Language”, *Annual Review of Anthropology*, 39, 101-114. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.012809.104951>
- Hobsbawn, Eric (1996), “Language, Culture, and National Identity”, *Social Research*, 63(4), 1065-1080. Consultado a 26.11.2022, em <https://www.jstor.org/stable/40971324>.
- Houaiss, Antônio (dir.) (2001), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss/Editora Objetiva.
- Irvine, Judith T.; Gal, Susan (2000), “Language Ideology and Linguistic Differentiation”, in Paul V. Kroskrity (org.), *Regimes of Language: Ideologies, Politics, and Identities*. Santa Fe: School of American Research Press, 35-84.

- Joseph, John E. (2004), *Language and Identity. National, Ethnic, Religious*. Houndmills/ New York: Palgrave Macmillan.
- Lourenço, Eduardo (2010), *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Gradiva.
- Mateus, Maria Helena Mira (coord.) (2002), *Uma política de língua para o português*. Lisboa: Colibri.
- Mattoso, José (2003), *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva.
- Moita-Lopes, Luiz Paulo (2015), *Global Portuguese: Linguistic Ideologies in Late Modernity*. New York: Routledge.
- Oliveira, Gilvan Müller de (2013), “Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI”, *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 52(2), 409-433. <https://doi.org/10.1590/S0103-18132013000200010>
- Rosa, Jonathan (2019), *Looking like a Language, Sounding like a Race: Raciolinguistic Ideologies and the Learning of Latinidad*. New York: Oxford University Press.
- Santos, Boaventura de Sousa (1999), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Schieffelin, Bambi B.; Woolard, Kathryn A.; Kroskrity, Paul V. (1998), *Language Ideologies: Practice and Theory*. New York: Oxford University Press.
- Signorini, Inês (2015), “Portuguese Language Globalism”, in Luiz Paulo Moita-Lopes (org.), *Global Portuguese: Linguistic Ideologies in Late Modernity*. New York: Routledge, 47-65.
- Sousa, Vitor (2017), “O Estado Novo, a cunhagem da palavra ‘portugalidade’ e as tentativas da sua reabilitação na atualidade”, *Estudos em Comunicação*, 25, 287-312. Consultado a 26.11.2022, em https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/49885/1/2017_Sousa_portugalidade.pdf.
- Terry, Luiz (1957), *A formação da consciência nacional*. Lisboa: Biblioteca do Centro de Estudos Político-Sociais.
- Valle, José del (2007), “Gloto-política, ideología y discurso: categorías para el estudio del estatus simbólico del español”, in José del Valle (org.), *La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español*. Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/ Vervuert, 13-30.
- van Dijk, Teun A. (2015), “Critical Discourse Analysis”, in Deborah Tannen; Heidi E. Hamilton; Deborah Schiffrin (orgs.), *The Handbook of Discourse Analysis*. Chichester/ Malden: John Wiley & Sons/Bloomsbury Publishing, 466-485 [2.ª ed.].
- Venâncio, Fenando (2020), *Assim nasceu uma língua. Sobre as origens do português*. Lisboa: Guerra & Paz.
- Wodak, Ruth (2009), *The Discursive Construction of National Identity*. Edinburgh: Edinburgh University Press [2.ª ed.].
- Woolard, Kathryn (2016), *Singular and Plural: Ideologies of Linguistic Authority in 21st Century Catalonia*. New York: Oxford University Press.

Woolard, Kathryn A. (2021), “Language Ideology”, in James Stanlaw (org.), *The International Encyclopedia of Linguistic Anthropology*. S.I.: John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781118786093.iela0217>

Daniel Amarelo

Doutorando em Estudos d'Arts i Humanitats, Universitat Oberta de Catalunya | Department of Spanish and Portuguese, University of Colorado Boulder
Rambla del Poblenou, 156, 08018 Barcelona, Espanha
Contacto: damarelom@uoc.edu
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4747-4671>

Artigo recebido a 15.12.2021

Aprovado para publicação a 25.10.2022

<https://doi.org/10.4000/rccs.13893>



The Constitution of the Portuguese Language as a National Identity Element in Contemporary Institutional Portugal: Race, Capital, and Globalization

Based on documentary research at the Torre do Tombo National Archives, and employing the perspective of glottopolitics and critical sociolinguistics, this paper analyzes the role of the Portuguese language as an element of national cohesion and internationalization through two major linguistic-political events: the National Commission of Centennials (1938-1943) and the National Commission for the Commemorations of the Portuguese Discoveries (1986-2002). In contrast with other states, in which different nations and languages are under the same legal-political system, and in which the oppression of linguistic minorities became less accentuated as we approach the present, the Portuguese case works differently.

La constitution de la langue portugaise comme élément de l'identité nationale dans le Portugal institutionnel contemporain : race, capital et mondialisation

À partir de documents des Archives nationales de Torre do Tombo, et conformément à la glottopolitique et à la sociolinguistique critique, cet article analyse le rôle du portugais comme élément de cohésion nationale et d'internationalisation à travers deux événements politico-linguistiques majeurs : la Commission nationale des centenaires (1938-1943) et la Commission nationale pour les commémorations des Découvertes Portugaises (1986-2002). Contrairement à d'autres États, où différentes nations et langues sont sous le même système juridico-politique, où l'oppression des minorités était plus prononcée dans les périodes dictatoriales et moins de nos jours, nous soutenons que le cas portugais est *a contrario*. Dans le cadre de la

In the context of globalization and transition to democracy, the value of Portuguese is seen to mobilize a type of *re-nationalizing* identity through processes of racialization of the colonized population and of symbolic detachment from Portuguese emigrated communities.

Keywords: globalization; language ideologies; linguistic identity; Portuguese language; racialization; sociolinguistics.

mondialisation et de la démocratisation, la valeur du portugais pourrait mobiliser un type d'identité *renationalisante*, à travers de processus de racialisation de la population colonisée et de déconnexion symbolique des communautés émigrées.

Mots clés: identité linguistique; idéologies linguistiques; langue portugaise; mondialisation; racialisation; sociolinguistique.